

TEOLOGIA DA ALIANÇA, NA PERSPECTIVA DA *DECLARAÇÃO NOSTRA AETATE*, nº 4

THEOLOGY OF THE COVENANT FROM THE PERSPECTIVE OF THE DECLARATION *NOSTRA AETATE*, nº 4

Marivan Soares RAMOS, Doutor em Teologia pela PUC-SP, Licenciado em História e Pedagogia, Coordenador acadêmico e professor do Centro Cristão de Estudos Judaicos-SP, editor da Revista Cadernos de Sion e membro do conselho editorial e consultivo da coleção de livros Judaísmo e Cristianismo, publicada pela CCDEJ em parceria com Fons Sapientiae.*

Antônia Alves da CUNHA, graduada em Administração com ênfase em Análises de Sistemas, pelas Faculdades Associadas de São Paulo -FASP. Especialização em Administração Hospitalar - Universidade de Ribeirão Preto – SP, Especialização em Sagradas Escrituras pelo Centro Cristão de Estudos Judaicos- SP.**

Resumo

Este trabalho propõe-se a realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o tema da Aliança, um conceito teológico profundamente enraizado e compartilhado por judeus e cristãos, funcionando como o eixo que une espiritualmente o Primeiro e o Segundo Testamentos. Esse conceito transcende relações históricas, revelando a continuidade da promessa de Deus a Seu povo, desde a aliança com Abraão até a nova aliança proclamada em Cristo, e reflete a essência da eleição divina e da comunhão com a humanidade. A análise será conduzida à luz da tradição teológica, inspirada nas reflexões de estudiosos como Walter Brueggemann, que explora a Aliança como o cerne da teologia do Antigo Testamento; Gerhard Hasel, que a vê como um processo revelatório progressivo; Daniel Harrington, que a conecta à eclesiologia cristã; Joseph Ratzinger, que a interpreta como cumprida em Jesus sem anular Israel; e Humberto Porto, que enriquece o diálogo teológico do encontro. O objetivo principal é investigar o impacto transformador da Declaração *Nostra Aetate*, promulgada pelo Concílio Vaticano II em 1965, nas relações cristão-judaicas, adotando uma abordagem histórico-teológica que busca compreender como esse documento magisterial, impulsionou um renovado diálogo entre cristianismo e judaísmo. Essa iniciativa superou visões antissemitas arraigadas, promovendo uma reconciliação espiritual e uma aproximação respeitosa entre ambas as tradições de fé, reconhecendo a validade contínua da eleição de Israel e a universalidade da salvação em Cristo. A pesquisa será desenvolvida sob a perspectiva teológica da Aliança, considerada por muitos teólogos e por documentos eclesiais fundamentais, a Declaração *Nostra Aetate* e as reflexões pós-conciliares, como a categoria nuclear da teologia bíblica, desafiando a humanidade a viver em fidelidade e esperança diante dos muitos desafios atuais.

Palavras-chave: Teologia da Aliança. Primeiro Testamento. Novo Testamento. Declaração *Nostra Aetate*.

* E-mail: marivanramos26@gmail.com

** E-mail: antoniaalves0649@gmail.com

Abstract

This work proposes to conduct a comprehensive bibliographical on the theme of the Covenant, a theological concept deeply rooted and shared by Jews and Christians, serving as the spiritual axis that unites the First and Second Testaments. This concept transcends historical relationships, revealing the continuity of God's promise to His people, from the covenant with Abraham to the new covenant proclaimed in Christ, and reflects the essence of divine election and communion with humanity. The analysis will be guided by a theological tradition, inspired by the reflections of scholars such as Walter Brueggemann, who explores the Covenant as the core of Old Testament theology; Gerhard Hasel, who views it as a progressive revelatory process; Daniel Harrington, who connects it to Christian ecclesiology; Joseph Ratzinger, who interprets it as fulfilled in Jesus without nullifying Israel; and Humberto Porto, who enriches the theological dialogue of encounter. The primary objective is to investigate the transformative impact of the *Nostra Aetate* Declaration, promulgated by the Second Vatican Council in 1965, on Christian-Jewish relations, adopting a historical-theological approach that seeks to understand how this magisterial document fostered a renewed dialogue between Christianity and Judaism. This initiative overcame deeply entrenched anti-Semitic views, promoting spiritual reconciliation and a respectful approach between both faith traditions, recognizing the ongoing validity of Israel's election and the universality of salvation in Christ. The research will be developed under the theological perspective of the Covenant, considered by many theologians and by fundamental ecclesiastical documents, such as the *Nostra Aetate* Declaration and post-conciliar reflections, as the nuclear category of biblical theology, challenging humanity to live in fidelity and hope amidst the many current challenges.

Keywords: Covenant Theology. First Testament. New Testament. *Nostra Aetate* Declaration.

Introdução

Na Bíblia Hebraica, o conceito aliança, do ponto de vista da relação entre o ser humano e a divindade, é entendido como acordo, no modo de contrato ou promessa. Por exemplo, Deus promete, isto é, faz uma aliança, com Noé, após o dilúvio, que nunca mais destruiria a terra novamente com as águas: “Estabeleço minha aliança convosco: tudo o que existe não será mais destruído pelas águas do dilúvio” (Gn 9,11). Ou ainda, a aliança que Deus estabelece com Abraão, nela Ele promete que seus descendentes seriam uma grande nação e que através dele todas as famílias da terra seriam abençoadas (cf. Gn 12,1-3; 17,1-8). Essas alianças eram baseadas em promessas de Deus e, muitas vezes, envolviam condições que o povo precisava cumprir para manter a relação com Ele.¹ Neste sentido, aliança entendida na dinâmica: direito e dever. Onde as partes se comprometem com o que foi acordado.

¹ Acolhendo o substantivo feminino plural, alianças e suas múltiplas manifestações nas Sagradas Escrituras, pensa-se que “cada uma destas alianças incorpora a precedente e a interpreta de maneira nova” (COMISSÃO PARA AS RELAÇÕES RELIGIOSAS COM O JUDAÍSMO, 2016, p. 30), mais ainda, “Deus comunica-se gradualmente com o homem, o prepara por etapas, para acolher a revelação sobrenatural que faz de si mesmo” (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, nº 53, 2000). Desse modo, “a Nova Aliança não revoga as precedentes, mas leva-as a cumprimento”, portanto, “o termo ‘Aliança’ indica uma relação com Deus que se realiza de modo diverso para judeus e para cristãos” (COMISSÃO PARA AS RELAÇÕES RELIGIOSAS COM O JUDAÍSMO, 2016, p. 27). Conclui-se desse modo, que “para a fé cristã é incontestável que possa existir somente uma única história da aliança

Nos textos neotestamentários, ao mencionar o conceito aliança supõem-se agora, uma “nova aliança”, estabelecida por Jesus de Nazaré.² Entretanto, não se trata de algo original, mas sim de uma continuidade com a dinâmica já estabelecida para o povo de Israel. Observa-se, na narrativa de Lucas, um ensinamento de Jesus ao celebrar o *Seder* pascal com seus discípulos. Ao levantar a taça de vinho ele diz: "Esta taça é a nova aliança no meu sangue, que é derramado por vocês" (22,20). Neste contexto, Jesus fala que, através de sua morte na cruz, Deus oferece perdão, salvação e uma relação íntima com Ele. Neste sentido, a morte de Jesus é reinterpretada como expiação, pois ele é o cordeiro pascal oferecido para a salvação da humanidade (cf. Jo 1,29). Portanto, neste gesto de Jesus o cristianismo reconheceu a aliança eterna porque é fundamentada em sua vida, morte e ressurreição, que garante a salvação para todos que creem nele. Sendo assim, o conceito de aliança do Primeiro Testamento prepara o caminho e mostra o amor de Deus manifestado e encarnado em Jesus, pois Ele é a realização plena (cf. Mt 5,17) do plano de Deus para se relacionar e salvar a humanidade, a partir de sua morte e ressurreição. Dessa forma, “a economia cristã, portanto, como Aliança nova e definitiva, jamais passará, e já não há que esperar nenhuma nova revelação” (CIC, n. 66, 2000).

O termo “aliança”

Discute-se o sentido primordial do termo *berit* (בְּרִית), palavra hebraica empregada para indicar contratos estabelecidos entre duas partes, geralmente traduzida por *aliança*. Com 285 ocorrências no Primeiro Testamento (BIBLEWORKS, 2018). A explicação mais plausível seria a que a relaciona com o acádico *barû* (atar, ligar), donde provieram o substantivo *birtu* (laço) e a preposição *berit* (entre) (HASEL, 2008, p. 147-165). Assim fica mais destacada a ideia de vinculação entre as partes contraentes. De fato, na Bíblia Hebraica a frase, “fiz aliança” equivale a *karat ha-berît* (כָּרַת הַבְּרִית) (Gn 15,18) que significa literalmente “cortei a aliança”. Alude à vítima que se sacrificava em vista de uma aliança. Este rito de partir a vítima, como ameaça entre as partes contraentes, encontra-se em Gn 15,9-11 como eco de um rito similar atestado em tabuinhas cuneiformes de Mari, na Alta Mesopotâmia (HARRINGTON, 1985, p. 245). Os tradutores alexandrinos na versão da LXX decidiram traduzir *berit* (בְּרִית) por *diatheke* (διαθήκη), que na terminologia helenística significa, sobretudo, “testamento” ou disposição final testamentária em sentido jurídico, e somente em um ou outro caso significa “aliança” e

entre Deus e a humanidade” (COMISSÃO PARA AS RELAÇÕES RELIGIOSAS COM O JUDAÍSMO, 2016, p. 30).

² “Jesus vive no tempo da Antiga Aliança, mas com sua obra salvífica na Nova aliança confirma e aperfeiçoa as dimensões da Antiga” (COMISSÃO PARA AS RELAÇÕES RELIGIOSAS COM O JUDAÍSMO, 2016, p. 27).

ainda “ordem”, “disposição”. A palavra própria para a ideia de pacto ou contrato jurídico seria *syntheké*, que aparece raramente na versão alexandrina. Contudo, na LXX *diatheke* (διαθήκη) não tem um sentido unívoco, oscilando entre “pacto” e “disposição” (HASEL, 2008, p. 147-165; CORDEIRO, 1970, p. 142).

No Novo Testamento a palavra *diatheke* (διαθήκη) têm 26 ocorrências (BIBLEWORKS, 2018), 7 delas em citações diretas do Primeiro Testamento, outras 16 em alusões ao Primeiro Testamento e somente 3 ocorrências sem relação com o Primeiro Testamento. Com base nas análises lexicais e teológicas de Coenen (2000), Behm (1980) e Danker (2000), é possível organizar os usos do termo grego *διαθήκη* (*diathēkē*) no Novo Testamento em três categorias principais, conforme o grau de continuidade ou ruptura com o conceito de "aliança" no Antigo Testamento: (a) Citações diretas do Antigo Testamento, (b) Alusões veterotestamentárias e (c) Usos desvinculados do contexto da aliança bíblica.

- a) Citações diretas do Antigo Testamento: Neste grupo, o termo *diathēkē* aparece em contextos nos quais há uma citação explícita de passagens veterotestamentárias, principalmente da Septuaginta (LXX), relacionadas à promessa de uma nova aliança, como em Jeremias 31. *Exemplo*: Hebreus 8,8-10 cita diretamente Jeremias 31,31-34 (LXX), onde Deus promete estabelecer uma nova *diathēkē* com a casa de Israel e de Judá. Segundo Behm, esse uso expressa a transição da antiga aliança para uma nova forma, marcada não mais por prescrições externas, mas pela interiorização da vontade de Deus (1980, p. 106).
- b) Alusões veterotestamentárias: Aqui, *diathēkē* não aparece em citação direta, mas apresenta fortes ecos do conceito de aliança veterotestamentária. A ênfase recai sobre os aspectos soteriológicos e cristológicos da nova aliança inaugurada por Jesus. *Exemplo*: Mateus 26,28, "isto é o meu sangue da aliança (*diathēkē*), que é derramado por muitos para a remissão dos pecados". Coenen observa que este uso conecta a nova aliança com o sacrifício expiatório de Cristo, reinterpretando o evento do Êxodo (24,8) e apontando para a universalidade da salvação (2000, p. 149).
- c) Usos desvinculados do contexto da aliança bíblica: Nestes casos, *diathēkē* é empregada no sentido jurídico greco-romano de "testamento", especialmente em contextos onde a morte de Cristo é apresentada como condição para a efetivação das promessas divinas. *Exemplo*: Hebreus 9,16-17, "Onde há testamento (*diathēkē*), é necessário que intervenha a morte do testador...". Danker destaca que, embora o sentido predominante no NT seja o de "aliança", este trecho de Hebreus utiliza também a acepção jurídica de "testamento", evidenciando um jogo retórico entre os dois significados (2000, p. 228).

Essa triple classificação evidencia como o Novo Testamento reinterpreta o conceito veterotestamentário de aliança à luz da obra redentora de Cristo. Integrando sentidos teológicos e jurídicos do termo *diathēkē*, enriquecendo a teologia da Nova Aliança. Utilizando diferentes recursos discursivos (citação, alusão, analogia jurídica) para comunicar a nova economia da salvação, de acordo com os textos neotestamentários. Com isso, pode-se inferir os autores do Novo Testamento guardaram basicamente as concepções do Primeiro Testamento.

A Aliança³ é uma categoria essencial para a leitura e compreensão do Antigo Testamento. O termo aparece mais de 300 vezes no Antigo Testamento (BIBLEWORKS, 2018) e é a sua principal chave de leitura. Também é encontrado no Novo Testamento, podendo ser destacado, entre outros textos, no *Magnificat* (Lc 1,46-55), ou na Instituição da Eucaristia (Mt 26, 26-29; Mc 14, 22-25; Lc 22, 14-20; 1Cor 11, 23-34).

Do estudo das alianças no Antigo Testamento, destacam-se três características principais. Conforme Cordeiro (1995, p. 158), a aliança é:

- a) Dom do SENHOR, resultado de sua livre iniciativa ao escolher e estabelecer um vínculo com o povo;
- b) Relação histórica entre Deus e Israel, marcada por comunhão;
- c) Realidade que implica obrigações expressas em leis e estipulações, cuja observância é essencial para a permanência do povo como povo de Deus.

É importante notar, ainda, que, segundo o mesmo autor, todas as alianças bíblicas se desenvolvem na perspectiva do *hesed* (חֶסֶד), ou benevolência divina, “que busca comunicar-se ao homem, ou melhor, à comunidade teocrática” (CORDEIRO, 1995, p. 161). Essa compreensão do *hesed* (חֶסֶד) dá fundamento à fidelidade de Deus e à abertura progressiva da aliança a toda a humanidade.

O conceito de “tripé: promessa, compromisso e símbolo

Nas Escrituras, a Aliança é uma iniciativa de Deus (promessa), que requer resposta do homem (compromisso) e é celebrada com um sinal (símbolo). Esta dinâmica interna da Aliança propõe uma relação complexa e bem elaborada entre estes três elementos. Analisá-los em seu contexto possibilita uma releitura iluminadora desta relação de Deus com os homens. Nesta

³ O conceito de Aliança na Bíblia é a tradução do termo hebraico “*berit*” (בְּרִית), (BRITO, 2004. p. 9-10). A primeira vez que *berit* aparece no Antigo Testamento é em Gn 6,18: o anúncio da Aliança com Noé, pós-dilúvio: ““E estabelecerei a minha aliança contigo, e entrarás na arca, tu, teus filhos, tua mulher e as mulheres de teus filhos contigo.” (וְנִקְמְתִי אֶת־בְּרִיתִי אִתָּךְ וְאֶת־אֱלֹהֵי־הַתְּבָרָה אִתָּךְ וְכָל־בְּנֶיךָ וְנִשְׁיֶיךָ־בְּךָ־יָרְדוּ אִתָּךְ).

dinâmica é possível afirmar que esta inter-relação constitui um verdadeiro tripé hermenêutico. Dar atenção às relações intrínsecas deste tripé hermenêutico da Aliança é colocá-la sob nova luz, traduzindo-a para os nossos dias, tornando-a significativa para homens e mulheres nas mais diversas culturas, ao mesmo tempo em que se mantém seu potencial revolucionário que impulsiona e transforma a caminhada do Povo de Deus nas atuais circunstâncias históricas.⁴

O tripé promessa – compromisso – símbolo ajuda a compreender como se dá a experiência vivida da Aliança ao longo da história bíblica. A Aliança com Noé e a Aliança com Abraão. Ambas começam com uma promessa de Deus: de nunca mais destruir a terra com um dilúvio e de fazer de Abraão uma grande nação. O compromisso de ambos é de obedecer às instruções de Deus. Noé, ao construir a arca e cuidar da criação; Abraão, ao seguir a Deus e confiar em suas promessas. Os símbolos, o arco-íris e a circuncisão, funcionam como lembretes visíveis dessa relação. Assim, a experiência da aliança é reforçada na memória coletiva, mostrando que Deus mantém suas promessas e espera fidelidade do povo.

Deus promete dar a terra de Canaã ao povo de Israel, e o compromisso deles é obedecer às leis de Deus, especialmente os Dez Mandamentos. O símbolo aqui é o próprio monte Sinai e as tábuas de pedra, que representam a aliança. Essa experiência reforça a ideia de que Deus está presente, que a relação é séria e que há uma responsabilidade mútua. Essa aliança é fundamental para a identidade do povo de Israel e para a sua caminhada de fé.

O papel do povo originado de Abraão na economia da salvação

Os descendentes de Abraão são compreendidos, à luz da revelação bíblica e da tradição cristã, como o depositário das promessas divinas feitas aos patriarcas (Gn 12,1-3; CIC, 2000). Trata-se do povo da eleição, chamado por Deus para desempenhar um papel singular na história da salvação (Dt 7,6-8). Sua missão histórica consiste em preparar o advento do conagraçamento escatológico de todos os filhos de Deus na unidade da Igreja, corpo místico de Cristo (NA, nº 4).

Nesse sentido, Israel não apenas recebe as promessas, mas torna-se também o tronco sagrado a partir do qual os gentios, uma vez tornados crentes, são enxertados pela fé em Cristo (cf. Rm 11,17-24). Essa imagem paulina expressa com vigor a continuidade e a superação que marcam a relação entre a antiga e a nova aliança, sem desmerecer a dignidade e a vocação

⁴ A importância da enculturação do Evangelho e da inserção do cristão na história foi destacado no Documento de Aparecida, texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. Documento de Aparecida. Documento CELAM, 2007. Brasília: Edições CNBB, 2007, § 491).

perene do povo da primeira aliança (COMISSÃO PARA AS RELAÇÕES RELIGIOSAS COM O JUDAÍSMO, 2016, p. 32).

Além disso, os patriarcas, os profetas e diversas outras figuras do Antigo Testamento são venerados como santos em todas as tradições litúrgicas da Igreja, como atestado nos calendários litúrgicos romano e orientais. Essa veneração, que atravessa os séculos e perpassa as diferentes confissões cristãs, revela a consciência da Igreja acerca da santidade que se manifestou já na antiga economia, preparando e anunciando, de múltiplas maneiras, a plenitude da revelação em Cristo (CIC, 2000; BENTO XVI, 2007). Assim, reconhece-se a continuidade entre as etapas da história salvífica e a unidade do desígnio divino, que abraça a totalidade da humanidade por meio de um povo eleito e fiel.

Mulheres e pobres na Aliança

A história da salvação também é atravessada por figuras femininas cuja fé e coragem sustentaram a identidade e a esperança de Israel. Mulheres como Sara, Rebeca, Raquel, Miriam, Débora, Ana, Judite e Ester destacam-se como testemunhas vivas da aliança e da ação providente de Deus (CIC, 2000, n. 64). Suas histórias, preservadas nas Escrituras, revelam o papel ativo das mulheres na tradição profética e sapiencial.

Dentre elas, Maria, mãe de Jesus, aparece como a figura mais pura e plena dessa linhagem. Sua obediência à Palavra, sua maternidade divina e sua presença silenciosa e fiel no mistério de Cristo fazem dela a personificação da esperança de Israel e o modelo da nova humanidade reconciliada com Deus (cf. Lc 1,38; CIC, 2000, n. 64).

A identidade de Israel como povo de Deus é inseparável do mistério da Aliança, cuja pedagogia conduz à plenitude em Cristo. A esperança alimentada pelos profetas, vivida pelos pobres e sustentada pelas figuras femininas do Antigo Testamento, encontra sua realização na nova e eterna aliança inscrita nos corações. O reconhecimento desse itinerário revela a unidade do plano salvífico divino e a importância perene do povo da primeira aliança no horizonte teológico cristão.⁵

Por meio de suas palavras, Deus forma espiritualmente seu povo, ensinando-o a esperar uma Aliança nova e eterna (cf. Jr 31,31-34), não mais inscrita em tábuas de pedra, mas nos corações humanos. Tal aliança se destina a todas as nações, rompendo os limites étnicos da primeira eleição (Is 49,6; Mt 1,11). Esta nova economia da salvação é centrada na redenção

⁵ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Catecismo da Igreja Católica. § 62-64. Em: Documentos do Concílio Vaticano II, Parte I, Seção 1, Capítulo 2. Petrópolis: Vozes, 2000 (edição típica do Vaticano: p. 162-165).

radical do povo de Deus, implicando a purificação de suas infidelidades e a restauração plena de sua comunhão com o Senhor. Os destinatários privilegiados desta promessa são os pobres e humildes do Senhor (anawim) que, na sua pobreza espiritual, tornam-se os verdadeiros portadores da esperança messiânica (cf. Sf 3,12-13; Mt 5,3). “Anawim” vem da raiz hebraica ‘ānāw (עָנָו / עָנִי), que significa: humilde, pobre, manso, aflito ou oprimido. No plural, “anawim” refere-se aos “humildes” ou “pobres de Deus”, pessoas que, mesmo diante de sofrimentos, pobreza ou exclusão, mantêm a sua confiança em Deus.

Tal confiança encontra no cântico do Magnificat sua expressão mais radical.⁶ Nele destaca-se dois grandes temas: (a) Pobres e pequenos são socorridos em detrimento de ricos e poderosos (Cf. BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2002, Sf 2,3; comentário: alínea d; Mt 5,3); (b) Israel, objeto da graça de Deus (cf. Dt 7,6ss.) desde a promessa feita a Abraão (Gn 15, 1ss; 17,1ss). Portanto, os dois principais temas do Magnificat fazem menção direta com a Aliança: lembram a promessa feita a Abraão e os direitos do pobre.

Ainda é possível dividir o texto em dois grandes blocos. O primeiro bloco, do início até a frase “em meu favor” (cf. Lc 1,46-49a). O segundo bloco de “Agiu com a força de seu braço” (cf. Lc 1,51-55) até o fim. Entre os dois blocos está uma frase, que é quase uma espécie de refrão. “Seu nome é santo e sua misericórdia perdura de geração em geração para aqueles que o temem” (cf. Lc 1,49b-50). Nesta frase está em destaque o nome de Deus, que também acompanha através dos tempos os diversos momentos da Aliança: El Shadai com Abraão, o SENHOR [Yahweh] na Aliança com Moisés. Mas a principal mensagem deste possível refrão está na qualidade da identidade de Deus: Ele é misericordioso, e essa sua misericórdia passa de geração em geração, assim como a Aliança com Abraão também passa de geração em geração: “Estabelecerei minha aliança entre mim e ti, e tua raça depois de ti, de geração em geração, uma aliança perpétua, para ser o teu Deus e o de tua raça depois de ti” (Gn 17,7) (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2002, Lc 1,46-56; comentário: alínea C.)

A Nova Aliança através de Jesus Cristo

No Novo Testamento, Jesus estabelece uma nova aliança, prometendo perdão, salvação e uma relação mais íntima com Deus. O compromisso de Jesus é de oferecer sua vida pelos outros, e o símbolo dessa aliança é a ceia do Senhor, onde o pão e o vinho representam seu

⁶ O Evangelho de Jesus Cristo segundo Lucas, é o único a apresentar o Cântico de Maria, o Magnificat (Lc 1,46-56). Diversos estudos demonstram que a base deste cântico é o Cântico de Ana (1Sm 2,1-10). O comentário da Bíblia de Jerusalém indica que o Cântico de Maria se inspira ainda em muitos outros textos do Antigo Testamento.

corpo e sangue (Lc 22,19-20). Essa cerimônia serve como um lembrete constante da nova relação de amor e graça entre Deus e a humanidade.

A combinação de **promessa, compromisso e símbolo** ajuda a consolidar a experiência da Aliança. Cada momento reforça a presença de Deus na vida do povo, a fidelidade de Deus às suas promessas e a responsabilidade do povo em manter essa relação viva e significativa. Essa estrutura torna a relação com Deus algo concreto, vivido e lembrado continuamente. Assim, a nova aliança não é apenas uma promessa antiga, mas uma realidade presente que transforma vidas e nos convida a viver de acordo com os ensinamentos de Cristo, refletindo o amor de Deus em nossas ações.

Com isso, podemos experimentar a verdadeira alegria de estar em comunhão com Deus e compartilhar esse amor com os outros, fazendo do mundo um lugar mais cheio de esperança e bondade. Deste modo, para Deus, “ser fiel à aliança” significa “conservar o amor outrora manifestado aos homens” (cf. Sl 88,29.34s.50; 105,45; Is 54,10; 55,3; Ex 34,6s):

A Igreja de Cristo reconhece que os primórdios da sua eleição já se encontram nos Patriarcas, em Moisés e nos Profetas, segundo o mistério salífico de Deus. Confessa que todos os fiéis cristãos, filhos de Abraão segundo a fé (cf. Gl 3,7), estavam incluídos no chamamento do mesmo Patriarca. (Nostra Aetate, n. 4)

Todavia, Ratzinger (2005, p. 189-193), aponta que as alianças estabelecidas por Deus no Antigo Testamento constituem uma etapa progressiva da revelação divina, na qual o amor e o plano salífico de Deus foram sendo manifestados de maneira pedagógica à humanidade. Desde a aliança com Noé, passando por Abraão, Moisés e Davi, cada etapa representou uma aproximação entre Deus e o seu povo, preparando-o para a plenitude dos tempos, em que a aliança definitiva seria selada.

Essa plenitude se concretiza na pessoa de Jesus Cristo, cuja missão culmina na entrega de si mesmo em favor da humanidade. Durante a Última Ceia, Jesus interpreta sua morte iminente à luz da linguagem veterotestamentária da aliança: “E disse-lhes: Isto é o meu sangue, o sangue da Aliança, que é derramado em favor de muitos” (Mc 14,24; cf. Mt 26,28; Lc 22,20; 1Cor 11,25). Essa expressão aponta para a inauguração de uma nova e eterna aliança, não mais baseada na observância legal da Lei mosaica, mas na graça e no dom gratuito da salvação (Henrix (2004. p. 85-102).

A morte de Jesus Cristo, livremente aceita, assume um sentido redentor e salífico universal, sendo interpretada pelo próprio Jesus à luz da figura do Servo Sofredor de Isaías (cf. Is 53,10ss). Neste contexto, sua morte é entendida como sacrifício expiatório, em conformidade com a tradição profética que anunciava a consolação de Israel (cf. Is 42,6). Para Hahn (2013, p 92-98) Jesus, ao assumir esse papel messiânico e redentor, se apresenta como mediador da nova

aliança uma aliança superior à antiga, como desenvolve posteriormente a carta aos Hebreus (cf. Hb 8,6-13).⁷

A expressão “sangue da aliança” remete diretamente à cena do Sinai (Ex 24,8), quando Moisés aspergiu o sangue dos sacrifícios sobre o povo, selando a aliança entre Deus e Israel. Congar (1985, p. 217) observa, no entanto, enquanto no Sinai a aliança foi firmada com sangue de animais, na nova aliança é o próprio Filho de Deus que oferece seu sangue, estabelecendo uma união definitiva entre Deus e a humanidade. Trata-se de uma superação tipológica: os sacrifícios da antiga aliança prefiguravam, de maneira ainda imperfeita, o sacrifício único e eficaz de Cristo (RATZINGER, 2011, 129-140).⁸

O Papa Bento XVI (2007, n. 9-11), aponta que a teologia do Novo Testamento reconhece, portanto, na morte de Cristo a convergência de três grandes temas bíblicos: o sacrifício pascal (cf. 1Cor 5,7), o sacrifício da aliança (cf. Ex 24,8) e o sacrifício expiatório (cf. Lv 16). A cruz é, assim, simultaneamente o novo êxodo, o novo Sinai e o novo Yom Kippur. Em 1Coríntios 11,25, o mandamento “fazei isto em memória de mim” confere à Eucaristia a dimensão ritual e memorial desse sacrifício, tornando-o continuamente presente na vida da Igreja. A participação nesse rito torna os fiéis coparticipantes do mistério da nova aliança, selada por uma comunhão vital com Cristo.

A palavra *diatheke* figura nos quatro relatos da Última Ceia, “num contexto duma importância única” (VAN DEN BORN, 1971, p. 42-43). Este cálice é o meu sangue, o sangue da aliança, a nova aliança no meu sangue, que será derramado por vós e por uma multidão para remissão dos pecados (cf. Mc 14,24; Mt 26,28; Lc 22,20; 1Cor 11,25).

A distribuição do cálice é um gesto ritual. As palavras pronunciadas o ligam com o ato que Jesus está por realizar: a sua morte livremente aceita para a redenção da humanidade. Jesus se considera como o Servo sofredor e entende a sua morte como sacrifício expiatório (cf. Is 53,10ss). Deste modo, torna-se o mediador da aliança que a mensagem da consolação fazia entrever (Is 42,6).

⁷ Contudo, a Comissão para as Relações Religiosas com o Judaísmo, observa que “a Nova Aliança não pode jamais substituir a Antiga, mas a pressupõe e lhe confere uma nova dimensão de sentido, reforçando a natureza pessoal de Deus que foi revelada na Antiga Aliança e definindo tal natureza como abertura a todos os que responderão fielmente entre todas as nações (cf. Zc 8,20-23; Sl87)” (COMISSÃO PARA AS RELAÇÕES RELIGIOSAS COM O JUDAÍSMO, 2016, p. 27-28).

⁸ Seja lembrado que a “Igreja é o lugar definitivo e insuperável da ação salvífica de Deus. Isto não significa que Israel, qual povo de Deus, tenha sido repudiado ou tenha perdido a sua missão. A Nova Aliança, para os cristãos, não é nem anulação, nem a substituição, mas o cumprimento das promessas da Antiga Aliança (COMISSÃO PARA AS RELAÇÕES RELIGIOSAS COM O JUDAÍSMO, 2016, p. 31).

O sangue da Aliança relembra o sangue da aliança no Sinai (Ex 24,8). Assim, os sacrifícios de animais são substituídos por um sacrifício que realiza a união definitiva entre Deus e os homens. Cumpre notar que a morte de Cristo é ao mesmo tempo sacrifício de: Páscoa, Aliança e Expiatório. Consequentemente, realiza de modo pleno as figuras que de várias maneiras se esboçavam. “Fazei isto em memória de mim” (1Cor 11,25): esse ato será tornado presente em um gesto ritual que Jesus ordena realizar. A participação dos fiéis nele permitir-lhes-á uma união íntima com o mistério da nova aliança.

Reconciliação em Cristo e o Diálogo com o Judaísmo

A reconciliação promovida por Cristo é um dos temas centrais do cristianismo, particularmente no que se refere à união entre judeus e gentios. A epístola aos Efésios expressa essa visão com clareza:

Daquele que quis de dois povos formar em si mesmo um só homem novo, estabelecendo a paz e reconciliando os dois com Deus, em um só corpo, mediante a cruz, na qual matou a inimizade. Veio para anunciar a paz: paz para vós que estáveis longe e paz para os que estavam perto. É por ele que todos nós, judeus e pagãos, temos acesso a Deus num só Espírito (2,14-18).

Essa unidade, fundamentada na cruz, é ao mesmo tempo expressão da misericórdia divina e cumprimento das promessas feitas ao povo de Israel. Como afirma o Catecismo da Igreja Católica, o desejo de Deus está inscrito no coração do homem, pois o ser humano é criado por Deus e para Deus. Mesmo com ambiguidades, as expressões religiosas presentes ao longo da história revelam a busca universal pelo divino (CIC, 1997, § 27-28).

A Declaração *Nostra Aetate*, reconhece essa busca e aponta que todas as religiões respondem às grandes questões humanas, como o sentido da vida, o sofrimento, a morte e a verdadeira felicidade, identificando nelas uma tentativa legítima de encontrar respostas aos “enigmas da existência humana”. Além disso, a declaração destaca a importância da herança judaica na história do cristianismo. Muitos dos elementos fundamentais da fé cristã encontram suas raízes no judaísmo. O próprio Apóstolo Paulo ressalta isso ao mencionar a “adoção filial, a glória, as alianças e as promessas” feitas ao povo de Israel (Rm 9,4), sublinhando a continuidade e não a ruptura entre as duas tradições. Cristo, figura central do cristianismo, nasceu da Virgem Maria, uma mulher judia, o que reforça o entrelaçamento da história da salvação cristã com a história do povo judeu. Os Apóstolos, considerados colunas da Igreja, também provêm desse mesmo povo, o que evidencia o papel essencial da tradição judaica na constituição da Igreja primitiva.

Henrix (2004, p. 69-82) aprofunda essa análise ao abordar a relação entre judeus e cristãos à luz das Escrituras e da tradição da Igreja. Segundo ele, mesmo diante da rejeição do Evangelho por parte de muitos judeus da época, Deus continua a amá-los por causa dos patriarcas, pois seus “dons e sua vocação são irrevogáveis” (Rm 11,29). Isso aponta para a importância do diálogo inter-religioso e do respeito mútuo. Henrix também adverte contra generalizações perigosas, especialmente no que tange à responsabilidade pela crucificação de Cristo. Ele insiste que não se deve atribuir a culpa a todo o povo judeu da época, muito menos aos judeus contemporâneos. A mensagem cristã não pode alimentar posturas antijudaicas. Ao contrário, é essencial que a catequese e a pregação estejam sempre alinhadas ao espírito de Cristo, promovendo a verdade evangélica e a fraternidade.

As raízes judaicas do cristianismo

Porto (1984, p. 29) ressalta que a Igreja reconhece suas origens na linhagem de Abraão e que o cristianismo nasceu do judaísmo. O autor, fazendo eco a voz da Igreja, condena firmemente as perseguições antisemitas, propondo um caminho de reconciliação e diálogo com os judeus.

A Declaração *Nostra Aetate* estabeleceu uma nova base para o relacionamento da Igreja com outras religiões, sobretudo com o judaísmo, ao romper com séculos de intolerância e preconceito. Essa guinada representa um passo significativo em direção ao diálogo, à reconciliação e ao reconhecimento das raízes comuns.

As atenuações eram principalmente duas: suprimiu-se definitivamente a frase que imputava coletivamente os judeus do crime de deicídio, entendendo que o povo em seu conjunto não pode assumir as responsabilidades dos seus líderes que condenaram Jesus à morte; e em vez de “condenar” as perseguições que os judeus sofreram sobretudo na II Guerra Mundial, o novo texto as “lamenta” após tê-las “reprovado” (PASSETO, 2015).

A Declaração menciona a antiga Aliança estabelecida por Deus com o povo de Israel, que é fundamental para a compreensão da revelação do Antigo Testamento. A Igreja se alimenta dessa tradição, reconhecendo suas raízes. Oliveira Mansa e Oliveira Brava: A metáfora da Oliveira é significativa. A "raiz da oliveira mansa" representa o povo de Israel, enquanto os "ramos da oliveira brava" referem-se aos gentios que foram enxertados na tradição da fé. Isso simboliza inclusão dos não-judeus na comunidade de fé (Rm 11, 17-24), (PORTO, 1984, p. 28-29).

A crença de que Cristo reconciliou judeus e gentios em um só corpo é um tema central do cristianismo, enfatizando a unidade e a paz que Ele traz através da Cruz.

Daquele que quis de dois povos formar em si mesmo um só homem novo, estabelecendo a paz e reconciliando os dois com Deus, em um só corpo, mediante a cruz, na qual matou a inimizade. Veio para anunciar a paz: paz para vós que estáveis longe e paz para os que estavam perto. É por ele que todos nós, judeus e pagãos, temos acesso a Deus num só Espírito (Cf. Ef. 2. 14-18) (GROSS, 2015, p. 05-26).

Ou seja, o texto reflete sobre a interconexão entre a Igreja e a tradição judaica, ressaltando a continuidade da fé e a inclusão de todos os crentes na promessa da salvação. É uma afirmação da misericórdia divina e da unidade que Cristo proporciona. Destaca a importância do povo judeu na história do cristianismo, enfatizando que muitos dos elementos fundamentais da fé cristã têm suas raízes nesse contexto. As palavras do Apóstolo Paulo ressaltam a adoção filial, a glória, as alianças e as promessas que foram feitas ao povo de Israel, sublinhando a continuidade entre o judaísmo e o cristianismo.

Além disso, menciona que Cristo, que é central para a fé cristã, nasceu de uma mulher judia, a Virgem Maria. Isso reforça a ideia de que a história da salvação, conforme entendida no cristianismo, está profundamente entrelaçada com a história do povo judaico. A referência aos Apóstolos como "fundamentos e colunas da Igreja" também indica que a mensagem do Evangelho foi inicialmente proclamada por aqueles que vieram desse mesmo povo, mostrando a importância da herança judaica na formação da Igreja primitiva.

O rompimento com o antissemitismo histórico

Essa análise pode levar a uma reflexão sobre a relação entre as tradições judaica e cristã, e como elas se influenciam mutuamente ao longo da história. O texto aborda ainda a relação entre judeus e cristãos à luz da Sagrada Escritura e do ensinamento da Igreja. Ele destaca que, apesar da rejeição do Evangelho por muitos judeus na época, Deus continua a amá-los por causa dos patriarcas, e que seus dons e vocação são irrevogáveis. O texto também enfatiza a importância do diálogo e do entendimento mútuo entre judeus e cristãos, promovendo o estudo bíblico e teológico como meios para alcançar esse objetivo.

Além disso, o alerta contra a generalização e a condenação dos judeus como um todo, especialmente em relação à crucificação de Cristo, enfatizando que não se deve imputar a culpa a todos os judeus da época ou aos judeus contemporâneos. A mensagem central é a de que, mesmo com a Igreja sendo considerada o novo Povo de Deus, isso não deve levar a uma visão negativa ou reprovadora dos judeus. O texto conclui com um apelo para que a catequese e a pregação estejam sempre alinhadas com a verdade evangélica e o espírito de Cristo, evitando qualquer ensinamento que possa ser interpretado como antijudaico.

O Concílio Vaticano II representou um marco histórico na relação da Igreja Católica com outras religiões. Entre seus documentos mais emblemáticos está a declaração *Nostra Aetate*, que abordou de forma inédita o diálogo inter-religioso, especialmente com o judaísmo. Segundo Usarski (2018, p. 28), ela “provavelmente foi o documento que mais contribuiu para a fama enigmática do Vaticano II”, surpreendendo muitos ao introduzir uma nova postura eclesial frente às outras religiões.

Para Maisonrouve, *Nostra Aetate* representou uma reviravolta sem precedentes nas relações da Igreja com o judaísmo, sendo considerada “a maior novidade de todos os textos conciliares” (2019, p. 50–51). Essa mudança foi impulsionada pela coragem do Papa João XXIII, que enfrentou diversas resistências internas para abordar a chamada “questão judaica”.

Considerações finais

A aliança do Primeiro Testamento foi uma relação estabelecida entre Deus e o povo de Israel, baseada em promessas, leis e pactos específicos, como a aliança com Abraão, Moisés e Davi. Essas alianças eram importantes para guiar o povo de Deus. A Declaração *Nostra Aetate*, nº 4, destaca o “vínculo espiritual com Abraão”, enfatizando a continuidade espiritual entre o povo do Novo Testamento e a descendência de Abraão. Com isso, a fé cristã não é uma ruptura, mas uma continuidade da história da salvação. De tal modo, “que muitos judeus-cristãos dos primeiros tempos não percebiam como contraditório viver em conformidade com alguns aspectos da tradição judaica e confessar Jesus como o Cristo” (COMISSÃO PARA AS RELAÇÕES RELIGIOSAS COM O JUDAÍSMO, 2016, p. 30). Rahner ilustra bem o caráter de continuidade que há entre a Antiga e a Nova Aliança para os autores neotestamentários.

O primeiro aspecto que salta aos olhos ao tratar do conceito de Deus dos homens do Novo Testamento é a espontaneidade, a “naturalidade” de sua consciência de Deus. Na realidade, estes homens desconhecem o problema da existência de Deus. (...) O motivo sustentador desta evidência ou consciência espontânea de Deus (*Selbstverständlichkeit des Gottesbewusstseins*) nos homens do Novo Testamento é o fato simples, e ao mesmo tempo imenso, de que o próprio Deus se lhes revelou. Com sua ação entrou na história destes homens, manifestando-lhes assim sua realidade. Os homens do Novo Testamento estão, em primeiro lugar, convencidos de que o Deus vivo se revelou na história do povo escolhido. Pois “muitas vezes e de muitas maneiras Deus falou aos pais pelo ministério dos profetas” (Hb 1,1). Seu Deus é o Deus dos pais (At 3,13; 5,30; 7,45; 13,17ss; 22,14; 24,14), o Deus de Abraão, Isaac e Jacó (Mt 22,32 e paralelos; Lc 1,72s; 2,32; At 3,13), que se revelou a Abraão (At 7,2) que, mediante a aliança, fez deste povo seu povo (Mt 2,6; Lc 1,72; 2,32; At 3,25; 13,17; Rm 9,4; 11,2; Gl 3,17; Hb 8,9; 9,15), que se tornou a si mesmo Deus de Israel (Lc 1,68). (RAHNER, 1972, p. 129.135)

A tradição bíblica apresenta a aliança como um elemento fundamental na relação entre Deus e o povo de Israel, em outras palavras, “a aliança é sem dúvida um modo humano de conceber as relações entre Deus com seu povo” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 2002, p. 37).

O profeta Jeremias anuncia uma renovação dessa relação: “Eis que dias virão – oráculo de Iahweh – em que selarei com a casa de Israel (e com a casa de Judá) uma aliança nova. [...]. Eu porei minha lei no seu seio e a escreverei em seu coração. Então eu serei seu Deus e eles serão meu povo” (Jr 31,31-33). Outros textos, como Os 2,4; Ez 16,15-43, complementam essa promessa de renovação (CHOURAQUI, 1996). Essa nova aliança é claramente anunciada em diversos trechos do Antigo Testamento como Jr 31,31-34; Ez 16,60-63; 34,25; 37,21-28, além de alusões (Is 54,10; 55,3; 56,4; 61,8 e s 2,14-25). Fala-se, inclusive, de um novo matrimônio entre Deus e seu povo (cf. Os 2,16s; Jr 31,3; Is 54,2-8; 62,4-5), reforçando a continuidade da relação e não sua ruptura. Essa continuidade se evidencia na fidelidade à Lei e na promessa da presença divina assegurando a paz (Ez 36,29-30).

Nesse contexto, compreende-se que alianças anteriores, como a do Sinai (Ez 16,60), a de Davi (Ez 34,23s) e até mesmo a de Noé (Is 54,9s), não são abolidas, mas mantidas e renovadas. De forma ainda mais expressiva, lemos em Jr 32,40: “Selarei com eles uma aliança eterna, pela qual eu não deixarei de segui-los para fazer-lhes o bem”. A plenitude dessa nova aliança manifesta-se na Última Ceia, momento em que, segundo as narrativas evangélicas, Jesus sela a aliança definitiva: “Este cálice é a nova aliança no meu sangue, derramado por vós” (Lc 22,20; cf. Mt 26,28; 1Cor 11,23-26). Portanto, “A aliança oferecida por Deus a Israel é irrevogável (...). A Nova Aliança não revoga as alianças precedentes, mas leva-as a cumprimento” (COMISSÃO PARA AS RELAÇÕES RELIGIOSAS COM O JUDAÍSMO, 2016, p. 27),

Referências Bibliográfica

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

BENTO XVI. **Discurso à comunidade hebraica de Colônia.**

Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/august/documents/hf_ben-xvi_spe_20050818_he.html. Acesso em: 10 out 2025.

BENTO XVI. **Encontro com a delegação judaica.**

Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/08/documents/hf_ben-xvi_spe_20080802_jd.html. Acesso em: 10 out 2025.

BENTO XVI. *Sacramentum Caritatis*: Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a Eucaristia. Vaticano, 2007.

BEHM, Johannes. *Diathēkē*. In: KITTEL, Gerhard; FRIEDRICH, Gerhard (Eds.). *Theological Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids: Eerdmans, 1980. v. 2, p. 106–134.

BIBLEWORKS, Versão 10. Norfolk, VA: Bibleworks, LLC, 2018. Software.

BRITO, Jacil Rodrigues de. **Vós sereis o meu povo e eu serei o vosso Deus**: Teologia da Aliança. São Paulo: Paulinas, 2004.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 2000.

CHOURAQUI, André. **A Bíblia: Nomes (Êxodo)**. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

COMISSÃO PARA AS RELAÇÕES RELIGIOSAS COM O JUDAÍSMO. **“Porque os dons e o chamado de Deus são irrevogáveis”** (cf. Rm 11,29). Reflexões sobre questões teológicas atinentes às relações católico-judaicas por ocasião do 50º aniversário da Nostra Aetate (n. 4). Brasília: CNBB, 2016.

DOCUMENTOS DO VATICANO II. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

COENEN, Lothar. **Aliança**. In: BROWN, Colin (Ed.). *O Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2000. v. 1, p. 144–155.

CONGAR, Yves. **Tradição e Tradições**: ensaio histórico e teológico. São Paulo: Paulinas, 1985.

CORDEIRO, Armando. **Teologia bíblica da aliança**. São Paulo: Paulinas, 1995.

CORDEIRO, Maximiliano Garcia. **Teología de la Biblia: I – Antiguo Testamento**. Madrid, B.A.C., 1970.

DANKER, Frederick W. (Ed.). *A Greek-English Lexicon of the New Testament and Other Early Christian Literature* (BDAG). 3. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

GROSS, Fernando. **50 anos de Nostra Aetate (1965 –2015)**: Estreitando laços de estima e amizade. judaísmo e cristianismo – Revista Eletrônica Espaço Teológico. vol. 9 n. 16 (2015, p. 05-26).

GOMES, Cirilo Folch. **Riquezas da mensagem cristã**. Rio de Janeiro, Lumen Christi, 1981.

PASSETO, Elio. **Prefácio**. In: GROSS, Fernando. *O Ciclo de Leituras da Torah na Sinagoga*. Coleção Judaísmo e Cristianismo. São Paulo: CCDEJ; Fons Sapientiae, 2015.

HAHN, Scott. **A Páscoa do Cordeiro**: Jesus, o Messias e a Nova Aliança. São Paulo: Ecclesiae, 2013.

HARRINGTON, Wilfrid. **Chave para a Bíblia**. S. Paulo, Paulinas, 1985.

HASEL, Gerhard. **Teologia do Antigo e Novo Testamento**. Questões básicas no debate atual. Revisado e ampliado. São Paulo: Academia Cristã; Loyola, 2008.

HASEL, **Teologia do Antigo e do Novo Testamento**, São Paulo: Loyola, 2008.

HENRIX, Hans Hermann. **A Igreja e o Povo. Judaico:** Reflexões Teológicas a partir da 'Nostra Aetate'. In: LORENZ, S. (org.). *Cristianismo e Judaísmo: Novos caminhos de diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2004.

MAISONNEUVE, Dominique de La. **Judaísmo simplesmente:** A salvação vem dos judeus. São Paulo: CCDEJ; Fons Sapientiae; CCDEJ, 2019.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **O povo judeu e as suas Sagradas Escrituras na Bíblia Cristã.** São Paulo: Paulinas, 2002.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. **Notas sobre a maneira correta de apresentar os judeus e o judaísmo na pregação e na catequese da Igreja Católica.** Vaticano, 1985.

PORTO, Humberto. **Os protocolos do Concílio Vaticano II sobre os judeus.** São Paulo: Diálogo, 1984.

PORTO, Benedito. **O Concílio Vaticano II e os Judeus:** *uma nova relação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

RATZINGER, Joseph. **Jesus de Nazaré:** Da Entrada em Jerusalém até a Ressurreição. São Paulo: Planeta, 2011.

RATZINGER, Joseph. **A bênção de Abraão: o legado da fé de Israel.** São Paulo: Loyola, 2005.

RATZINGER, Joseph. **Introdução ao Cristianismo:** Preleções sobre o símbolo apostólico da fé. São Paulo: Loyola, 2005.

RAHNER, Karl. **Teologia e Bíblia.** São Paulo: Paulinas, 1972.

USARSKI, F. **A construção do diálogo:** o Concílio Vaticano II e as religiões. São Paulo: Paulinas, 2018.

VATICANO II. **Nostra Aetate:** sobre a Igreja e as religiões não cristãs. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html. Acesso em: 15 dez. 2022.

VAN DEN BORN, A. **Dicionário Enciclopédico da Bíblia.** Petrópolis: Vozes, 1971.

Artigo submetido em 10/09/2025

Aprovado em 21/10/2025